

# Entre o ideal e o usual: a *Didática Mínima* de Rafael Grisi

Maria do Rosário Longo Mortatti

Palavras-chave: didática; formação de professores; história da educação; Rafael Grisi.

## Resumo

Com o objetivo de contribuir para a compreensão do processo histórico de constituição da Didática como campo de conhecimento e disciplina acadêmico-científica, no caso brasileiro, apresentam-se, neste artigo, os resultados da análise dos aspectos constitutivos da configuração textual de *Didática Mínima* (1952), de Rafael Grisi (1909-1998), os quais permitiram compreender o lugar do livro nesse processo histórico e as razões pelas quais pode ser considerado representativo de um importante momento de constituição da Didática enquanto campo de conhecimento e disciplina acadêmico-científica, que se caracteriza pela permanência do caráter técnico, instrumental e normativo da Didática, o qual passa a ser questionado a partir dos anos de 1980.

## Introdução

No Brasil, especialmente a partir do início dos anos de 1980, passou-se a denunciar sistematicamente a crise de identidade da Didática como campo de conhecimento e disciplina acadêmico-científica e a se propor, programaticamente, sua revisão. Conforme se pode depreender da tendência predominante nas discussões e proposições engendradas a partir de então, a busca de novos rumos assim como de redefinição de temas, objetos e abordagens está diretamente relacionada, sobretudo, com a justificativa de necessidade de ruptura com os modelos técnico-instrumentais produzidos no passado (recente) e que se propõe que sejam superados, a fim de se construir uma Didática fundamental, porque comprometida com um projeto político de transformação social e em cujo âmbito devem-se articular coerentemente teoria e prática educativas.

No entanto, se tem havido certo consenso em relação à necessidade de questionamento e revisão da Didática, o

mesmo nem sempre ocorre em relação à justificativa apresentada para sua revisão. A esse respeito, destaco a posição de Soares (1985), segundo a qual, embora correta, essa justificativa para a necessidade de revisão da Didática não é a única nem a mais importante, dada sua paradoxal relação com a própria natureza instrumental, normativa e pretensamente neutra, a partir da qual se constituiu historicamente o conteúdo da disciplina.

De acordo com essa posição de Soares, negar a natureza historicamente constituída da Didática é negar a própria disciplina; e propor novos rumos, desconsiderando esse paradoxo básico, pode "transformar a revisão da Didática em mera invasão de outras áreas", mediante mero enxerto da "análise social e perspectiva política no conteúdo instrumental e normativo" (p. 40) dessa disciplina. Por essas razões e, talvez, já como um prenúncio da tendência de valorização da abordagem histórica dos problemas educacionais, que se observa especialmente a partir da última década do século 20, essa

pesquisadora propõe que uma "revisão da Didática deveria começar por uma reflexão sobre sua história, para, a partir dessa reflexão, redirecionar sua história" (p. 40).

Concordando com a proposição de Soares, penso que são também muito relevantes e mesmo necessárias, do ponto de vista da compreensão da especificidade e identidade da Didática assim como dos problemas do presente e visando ao redirecionamento histórico, pesquisas a respeito do passado (recente) das tematizações nesse campo produzidas por brasileiros, muitas das quais, a despeito dos esforços de renovação, continuam operantes nas representações e práticas tanto de professores de Didática quanto dos professores por eles formados.

A análise da produção acadêmica sobre o tema permite verificar, no entanto, que, certamente em decorrência de tantas urgências específicas, as "pesquisas de intervenção" que enfocam alternativas para a pesquisa e ensino da Didática são mais numerosas e recorrentes, comparativamente às de fundo histórico. Em relação a estas últimas, na produção acadêmica veiculada sob a forma de livros, teses ou artigos, encontra-se: ora uma revisão, de caráter panorâmico, da produção intelectual, dos ideários didático-pedagógicos e suas relações com os diferentes contextos políticos e econômicos (Oliveira, 1988; Candau, 1983; Veiga, 1988a; Libâneo, 1984; Marin, 1989); ora a tematização mais direta da origem e do desenvolvimento da Didática no Brasil (Veiga, 1988b; Garcia, 1995, 1994; André, 1992; Castro, 1992; Carvalho, 1992; Nadai, 1991).

Desse segundo tipo de pesquisas, destaco a de Garcia (1995, p. 81-82), que distingue "três momentos da evolução da Didática em termos da delimitação do seu campo de estudos e de práticas", a saber:

1) "primórdios da constituição da Didática no ensino superior brasileiro", sem distinção entre Didática Geral e Especial;

2) mais nitidamente perceptível a partir de meados dos anos de 1950, "em que o campo passou a delimitar mais claramente como seu objeto de estudo e práticas a direção técnica da aprendizagem", consolidando-se no interior das faculdades de filosofia, adquirindo maior autonomia em relação a outras áreas e disciplinas do campo pedagógico e tendo acentuado seu caráter instrumental e normativo, sob a influência de uma abordagem psicológica (com gradativo enfoque experimental); e

3) divisão do campo, no início dos anos de 1960, com a criação da disciplina Prática de Ensino, "que incorpora os conteúdos e preocupações antes tratadas pelas 'didáticas especiais'", e que resulta no desprestígio da disciplina Didática (Geral) e dos profissionais envolvidos, assim como na gradativa perda de hegemonia do discurso sobre o ensino, que privilegiava aspectos eminentemente instrumentais e técnicos dessa atividade, decorrente do engajamento da Didática – sob a influência do movimento da Tecnologia Educacional mas ainda acompanhados dos princípios escolanovistas –, na "busca da racionalização, da eficiência e da produtividade do ensino", levando às últimas consequências o caráter técnico e instrumental com que já se vinha afirmando nos anos anteriores.

Entre os aspectos enfocados pela pesquisadora ao longo desse processo, encontram-se livros escritos por brasileiros que, ao lado da bibliografia então utilizada – na sua quase totalidade estrangeira –, funcionavam como manuais de ensino para essa disciplina. Mediante análise dos manuais *Ciência e arte de educar* (1955), de Filocelina da Costa Matos Almeida, e *Sumário de Didática Geral* (1957), de Luiz Alves de Mattos, a pesquisadora apresenta significativas reflexões sobre os problemas históricos envolvidos na constituição do campo e da disciplina, no Brasil.

A partir do exposto e com o objetivo de contribuir para a busca de novos rumos para a pesquisa e o ensino da Didática no Brasil, mediante compreensão de seu processo histórico de constituição como campo de conhecimento e disciplina acadêmico-científica, optei por analisar o livro *Didática mínima* (1952a), escrito pelo professor Rafael Grisi (1909-1998) e que pode ser considerado um dos primeiros manuais de ensino de didática escrito por autor nacional. Embora não tenha ainda merecido estudos sistemáticos, sua produção escrita teve considerável repercussão no que se refere à formação e à prática de professores dos então denominados ensinos primário e secundário, em nosso país, não podendo, portanto, ser negligenciada.

Com base em método e procedimentos derivados da Análise do Discurso, integradamente às abordagens históricas na pesquisa em Educação, a análise do livro em questão centra-se em sua configuração textual (Magnani, 1993; Mortatti, 2000), ou

seja, no conjunto de aspectos inter-relacionados que constituem o sentido do discurso nele produzido. Esses aspectos referem-se a opções temático-conteudísticas e estruturais-formais produzidas pelo autor, em determinadas condições histórico-sociais, a partir de certas necessidades e visando produzir determinados efeitos nos leitores previstos.

Por meio da abordagem histórica e da análise integradora dos aspectos da configuração textual de *Didática mínima*, foi possível compreender, de acordo com a hipótese inicial, as razões pelas quais o livro em questão é representativo de um importante momento de constituição da Didática enquanto campo de conhecimento e disciplina acadêmico-científica, no Brasil, momento esse caracterizado pela permanência do caráter técnico, instrumental e normativo da Didática, o qual passa a ser fortemente questionado a partir dos anos de 1980.

### **Sobre o autor, sua atuação e sua produção**

Rafael Grisi nasceu em 1909 e faleceu em 1998, em São Paulo. Ao longo de sua extensa carreira, atuou, como professor de diversas disciplinas – Psicologia Educacional, História da Educação, Pedagogia, Filosofia Educacional e Didática –, em escolas normais e faculdades de filosofia paulistas.

*Didática mínima* teve a primeira edição publicada em 1952, pela Editora do Brasil, e, a partir, presumivelmente, da 6ª edição, em 1962, até a 12ª, em 1985, foi publicado pela Editora Nacional, como o volume 84 da série Atualidades Pedagógicas. Além desse livro, em estreita relação com sua atuação profissional, Grisi escreveu, ainda: a monografia *O ensino do vernáculo na escola secundária*, apresentada, em 1938, ao concurso para livre-docente da cadeira Metodologia do Ensino Secundário, do Instituto de Educação, da USP; um artigo sobre as relações entre o método e a cartilha no ensino da leitura, publicado na revista *Educação*, em 1946, e depois em separata; a tese *Pedagogia e utopia: o problema do "método didático universal"*, apresentada, em 1952, ao concurso para provimento da cadeira de História e Filosofia da Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da USP; e, ao longo dos anos de 1950, um pré-livro e uma cartilha, ambos referentes à alfabetização, intitulados

*Lalau, Lili e o lobo...* e seguidos de uma série de livros de leitura intitulada *Uma história e depois... outras...*, todos eles destinados aos quatro graus do curso primário, publicados pela Editora do Brasil, na Coleção Didática Infantil – série A Criança e o Livro – e com dezenas de edições.

### **As explicações do autor**

Para análise neste artigo, utilizo dois exemplares do livro *Didática mínima*: o de nº 4.719, da 4ª edição, de 1956, com 104 páginas e formato 21x14, capa dura; e um exemplar não numerado da 10ª edição, de 1978, com 114 páginas, com o mesmo formato, em brochura.

Nas quatro páginas da "Introdução", datada de 1952, que serve também de prefácio e permanece inalterada em todas as edições, o autor explica a origem, intenção, forma e método de exposição adotados e leitores previstos para o livro.

Resultante dos longos anos de sua atuação profissional como formador de professores, Grisi (1956, p. 11-12) apresenta o livro em análise não como um receituário didático, nem como obra para especialistas, nem como a "última palavra" em matéria pedagógica, nem como um novo *Ratio studiorum*; "quando muito será uma 'súmula', à maneira medieval, de algumas *Questiones disputatae*", cuja leitura poderá ser útil tanto para professores primários e secundários, que se dizem leigos em Pedagogia, quanto para estudantes de Didática, "que se interessam por uma orientação 'prática' para suas futuras atividades docentes..."

Nele, encontram-se coligidos observações, comentários, erros e normas pedagógicas, com a intenção tanto de fazer "a Pedagogia descer do céu à terra", em atenção às críticas ouvidas pelo autor nos contatos mantidos com os profissionais de ensino, quanto de apreciar e discutir com os estudantes de Didática os "fatos escolares", sobretudo os relativos à conduta dos professores e falhas em sua formação pedagógica, observados e coligidos por esses estudantes ao frequentarem, em seus estágios de prática de ensino, classes de grupos escolares, ginásios e colégios.

Censurando o ensino pedagógico e principalmente o de Didática tal como era ministrado nos cursos normais e nas faculdades de filosofia, os professores e estagiários apontam o "divórcio" entre a idealização do ofício do

magistério contida no pensamento pedagógico e a situação concreta de nossas escolas.

Esse ensino – dizem – tem o defeito de sua qualidade: reveste-se quase sempre do caráter "utópico" de toda bibliografia e de todo pensamento pedagógicos: é admirável por seus lineamentos teóricos e generoso em seus propósitos inovadores, não há dúvida; porém, desenvolvendo-se sobre uma "idealização" do ofício magisterial – o que pode ter valor heurístico para reflexão mas constitui também uma fuga à realidade – acaba divorciando-se da situação concreta de nossas escolas e, assim, nenhuma relação visível apresenta com as tarefas que os professores executam diariamente em sua vida prática. O normalista ou licenciado, ao iniciar a carreira, compreende que tem de abrir caminho com seus próprios meios... Em suma, parece que a Pedagogia das Cátedras nada tem que ver com o que se passa efetivamente todos os dias dentro das salas de aula, durante os encontros dos professores com seus alunos (Grisi, 1956, p. 9).

De acordo com o autor, esses problemas se devem ao preconceito "antipedagógico" de grande número de professores que atuam no magistério, especialmente no secundário, onde se observam dois tipos de professores: os que, mesmo tendo tido formação pedagógica, abandonaram as "teorias dos pedagogos", alegando que elas não apresentaram solução para os problemas enfrentados nas relações com seus alunos; e os que, sem formação especializada, ao ingressarem no magistério, foram-se guiando pelo "bom senso" e pela imitação, numa "aprendizagem didática puramente empírica".

O que, em outras palavras, quer dizer: coexistem em nossas escolas, de modo curioso, duas Didáticas: uma, a Didática ideal, a que se contém nos tratados e se preconiza, teoricamente, através das lições dos professores especialistas; e a outra, a Didática usual, a que se pratica nas escolas e, embora profligada violentamente nos tratados e cursos de Pedagogia, como falsa, rotineira, artificiosa, formal etc., permanece e vive de fato nos procedimentos docentes do professorado...

Seria talvez necessário encontrar, entre esses extremos, uma posição intermediária, porventura, uma Didática de emergência ou de transição, isto é, uma didática que, partindo da consideração dos

fatos observáveis em nossos estabelecimentos de ensino, tais como estes funcionam (com sua legislação, seu regime de trabalho, suas praxes e, mais, com as "expectativas de comportamento" dos alunos, dos pais, dos administradores, em relação aos docentes), procurasse dar ao magistério o domínio de normas de ensino e técnicas de influenciar, suscetíveis de promoverem uma melhoria imediata, embora pequena, e progressiva, embora lenta, do rendimento quantitativo e qualitativo do trabalho escolar (Grisi, 1956, p. 10).

Pretendendo criar um "ambiente" de diálogo com seus leitores e estimulá-los ou a tomar partido ou a refletir sobre os preceitos propostos, a forma de exposição adotada pelo autor consiste em "enumeração mais ou menos dogmática de itens que são como 'instantâneos' colhidos nas salas de aula". Adverte, porém, que as "normas coligidas" não são absolutas ou de aplicação universal, cabendo ao professor decidir sobre a "oportunidade de sua observância, completa ou parcial, imediata ou gradativa." (Grisi, 1956, p. 12)

O que pode haver de novo no livro é o método, que ele considera

... oposto ao comumente usado nos manuais de Pedagogia ou de Filosofia, Biologia, Sociologia, Psicologia "aplicadas" à educação. Em vez de, como sucede na generalidade das obras dessas disciplinas, partir dos princípios e conhecimentos sistematizados, para, em seguida, por via silogística indicar as "aplicações" didáticas, este livro parte de fatos e flagrantes das salas de aula e vai, por argumentos explícitos ou por sugestões veladas, à busca dos princípios axiológicos que os embasam e dos conhecimentos científicos de que descendem por filiação lógica (Grisi, 1956, p. 12).

Para encerrar a "Introdução", o autor expõe seu voto de que um dos "defeitos" do livro venha a ser, o mais breve possível, a perda de sua utilidade e atualidade, em decorrência de "os erros pedagógicos nele coligidos e comentados" terem se tornado ausentes das escolas. No entanto, em nota preliminar intitulada "Ao leitor", datada de 1962 e acrescentada ao livro a partir presumivelmente da 6ª edição, já pela Editora Nacional, explica que seu receio e desejo de que o livro logo perdesse a atualidade não se concretizaram. Esgotada a "última

edição", optou por reeditá-la em atenção aos numerosos apelos de professores de Didática e de Metodologia do Ensino assim como de inspetores e orientadores escolares, que encaminharam

... sugestões de retoques e acrescentamentos ao texto, com vistas à sua melhoria ou mais completo ajustamento às necessidades das escolas e aos tipos de leitores – docentes em geral, candidatos ao magistério e estudantes de cursos pedagógicos – aos quais de preferência o livro se destina (Grisi, 1978, p. ix).

A esses apelos juntou-se o empenho do professor J. B. Damasco Penna de incluir o livro na série Atualidades Pedagógicas, por ele dirigida junto à Companhia Editora Nacional.

A partir dessa edição, além da mudança de editora, de projeto gráfico da capa e do miolo assim como do acréscimo do índice onomástico e do número de páginas (120), de acordo com sugestões recebidas, o autor fez "cuidadosa revisão no texto, que se apresenta agora, em algumas passagens, ampliado, e, em outras, inteiramente refundido. A fim de facilitar a leitura, foram afastadas para as notas de rodapé as citações em línguas estrangeiras (Grisi, 1978, p. x). Têm-se, ainda, no texto da Introdução, pequenas modificações, como o uso do itálico para registro das "falas de professores" ouvidos pelo autor e uma nota de rodapé explicando que essa introdução "foi escrita antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao tempo, portanto, dos chamados *Programas Oficiais*".<sup>1</sup>

## A estrutura formal do livro

Em ambas as edições – pela Editora do Brasil e pela Nacional –, o conteúdo do livro está ordenado em 15 capítulos, contendo, no total, cem normas, seguidas dos respectivos comentários, os quais somam 77 na 4ª edição e 82 na 10ª edição.

Após o título do capítulo, tem-se, invariavelmente, o "estribilho", em itálico: "*Não é aconselhável...*", ao qual se seguem as normas, que sintetizam preceitos didáticos. As normas variam entre um e 11 em cada capítulo, sendo todas elas numeradas, introduzidas por reticências, encerradas com um sinal de ponto e vírgula e destacadas com

recuo à esquerda, acrescentando-se o uso do itálico na 10ª edição; algumas normas são acompanhadas de um número entre parênteses, o qual remete a outra norma com conteúdo correlato e/ou complementar.

Os comentários variam entre um e dez em cada capítulo e contêm detalhamento, menos ou mais expandido, dos preceitos didáticos sintetizados nas normas. Por vezes, tem-se apenas um comentário para um conjunto de mais de uma norma; outras vezes, tem-se a apresentação de um comentário para cada norma. Os comentários estão em redondo, e alguns deles são também acompanhados de um número entre parênteses, o qual remete a outro comentário com conteúdo correlato e/ou complementar; são também evitados de grifos, por meio do uso do itálico ou das aspas, que indicam didatização do texto, visando à facilitação da leitura, o que se relaciona com o fato de se tratar de um manual de ensino, destinado a professores ou futuros professores.

À guisa de ilustração da estrutura descrita, apresento a seguir um exemplo da seqüência de título, estribilho, norma e comentários, extraídos do primeiro capítulo da 4ª edição de *Didática mínima*.

### I – AS ATITUDES FÍSICAS DO PROFESSOR

*Não é aconselhável...*  
(...)

9... *rabiscar a mesa durante a lição ou pisar fragmentos de giz no assoalho;*

Não! Não se trata aqui de rabugices de didático ou de mestre-escola. Trata-se de desmazelo que não convém oferecer como exemplo à imitação dos alunos. Não se diga que o professor tem mais que fazer na sala de aula e não há de estar atentando a "bagatelas"... "*De minimis non curat praetor...*" é verdade. Mas, em educação, essas coisas mínimas são, muitas vezes, mais importantes do que outras usualmente muito valorizadas e, todavia, pouco valiosas... (Grisi, 1956, p. 14, grifo meu).

Essa estrutura formal permite que, dependendo do interesse, disposição e disponibilidade do leitor previsto, se leiam apenas a seqüência de estribilho e as normas, que constituem um conjunto relativamente autônomo em relação aos comentários, os quais são geralmente longos e de leitura mais demorada.

<sup>1</sup> O autor refere-se aqui à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961.

As notas de rodapé, de caráter bibliográfico ou explicativo, referem-se sempre a aspectos do conteúdo dos comentários. Na 4ª edição, têm-se 32 notas de rodapé, indicadas com asterisco, sendo sete delas explicativas e as demais, bibliográficas; estas contêm, ora apenas a referência (por vezes, incompleta), ora a referência e a citação completa, no idioma original ou em português, do texto citado, parodiado ou parafraseado. Na 10ª edição, têm-se 72 notas de rodapé, numeradas por capítulo, sendo 14 delas explicativas, e as demais, predominantemente bibliográficas. Nas notas explicativas, tem-se expansão e/ou comentário do conteúdo de uma citação, ora explicações sobre etimologia de uma palavra ou expressão citada, ora informações sobre situações práticas vivenciadas pelo autor e que originaram determinado comentário. Nas notas bibliográficas, além da indicação do nome do autor, do título e, muitas vezes, da data do trecho citado, tem-se a citação no idioma original, que, neste caso, foi citado em português, no corpo do texto do comentário.

Ao final do livro, tem-se o Índice Onomástico, contendo 91 nomes, 72 deles citados apenas uma vez – no corpo do texto e nas notas – e 19, duas ou mais vezes, a saber: Sócrates (sete citações); Montaigne, Rabelais e Rousseau (seis citações); Dewey (cinco citações); Claparède, Comenius e Sêneca (quatro citações); Locke e Damasco Penna (três citações); Camões, Hérbart, W. James, Kant, Lourenço Filho, Pitágoras, J. Payot e Platão (duas citações).

Após o Índice Onomástico, apresenta-se a "Relação completa das obras de 'Atualidades Pedagógicas'",<sup>2</sup> com um total de 132 títulos, entre os quais, como se viu, o volume 84 é *Didática mínima*. Nessa relação, o nome de Rafael Grisi encontra-se ao lado dos de prestigiosos autores brasileiros e estrangeiros que escreveram livros teóricos ou manuais de ensino abordando temas diversos relacionados com a Educação, do ponto de vista do movimento de renovação educacional denominando "Escola Nova". Entre os brasileiros, têm-se, por exemplo, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, A. Carneiro Leão e Onofre de Arruda Pentado; e, entre os estrangeiros, Edouard Claparède, Henri Pierón, Henri Wallon, A. M. Aguayo, John Dewey, Lourenço Luzuriaga, Roger Cousinet, Paul Foulquié e Hans Aebli.

## O conteúdo do livro

Os capítulos versam sobre assuntos pertinentes ao cotidiano da prática docente, envolvendo:

a) aspectos comportamentais "observáveis" da atividade docente: atitudes físicas e linguagem do professor, governo da classe, atitude diante das perguntas dos alunos, utilização do quadro-negro (capítulos I a IV);

b) aspectos procedimentais relacionados com técnicas e recursos didáticos: perguntas do professor e condução dos trabalhos da classe, utilização do compêndio, do ditado, dos exemplos, do material didático, dos exercícios de fixação e das "chamadas orais" (capítulos VI a XI);

c) aspectos comportamentais intrínsecos à situação de ensino e aprendizagem: a disciplina e a autoridade do professor, os programas, os objetivos e valores do ensino e o diálogo (capítulos XII a XVI).

Em consonância com o método escolhido pelo autor para exposição do conjunto do conteúdo do livro, a ordem de apresentação dos capítulos parte de assuntos relacionados com aspectos mais concretos e observáveis da prática docente até aqueles mais abstratos e teóricos. As cem normas, por sua vez, sintetizam prescrições didáticas, que, como já apontei, visam à discussão e apreciação de "fatos e flagrantes das salas de aula", verificados pelo autor na prática pedagógica de professores e indicativos de "falhas na sua formação pedagógica". E os comentários concretizam os "argumentos explícitos" ou "sugestões veladas", onde se buscam os "princípios axiológicos que os embasam e [os] conhecimentos científicos de que descendem por filiação lógica" (Grisi, 1956, p. 12).

É, portanto, nos comentários que se encontra a reflexão e sistematização lógica dos dados da experiência, dos "fatos escolares" coligidos pelo autor. E é também nos comentários que se encontram, como um dos recursos na busca dos "princípios axiológicos", as citações ou remissões a textos de escritores, filósofos e psicólogos – a estes últimos Grisi se refere, na maioria das vezes, como "pedagogos" –, cujas datas de publicação das edições utilizadas variam entre 1890 (*L'Avenir de la science, de Renan*) e 1958 (*A educação funcional, de Claparède*), muitos deles citados no idioma original (latim, francês, inglês, espanhol).

<sup>2</sup> A série *Atualidades Pedagógicas*, publicada pela Editora Nacional, em São Paulo, e dirigida pelo professor J. B. Damasco Pena, é uma das séries da coleção *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, organizada por Fernando de Azevedo; essa prestigiosa série teve grande importância na disseminação do pensamento escolanovista no Brasil. A esse respeito, ver: Pontes, 1989.

Entre os autores citados, alguns com- parecem com função ora de ilustração de uma situação narrada, ora de "frase-de-efeito", ora de indicação de certa erudição e autoridade de Grisi; outros, porém, com- parecem com função de fundamentação ci- entífica dos argumentos apresentados pelo autor, para justificar as normas e os precei- tos didáticos apresentados. É o caso, so- bretudo, das citações e remissões a textos e idéias de Sócrates, Montaigne, Rousseau, Comenius, Hérbart, Dewey, Claparède. Do entrecruzamento do pensamento desse con- junto heterogêneo de "pedagogos" derivam os "princípios axiológicos" essenciais em que se baseia a concepção de Didática e as demais concepções correlatas – educação, escola, professor, formação de professor, en- sino, aprendizagem, método didático – explicitadas pelo autor.

Entendendo Curso Normal como um "curso técnico *sui generis*, uma vez que tem por objetivo a formação de pessoal habilita- do na especialidade de difusão da *cultura geral*", Grisi (1956, p. 88) afirma que

... há uma ou duas "matérias" que consti- tuem, por assim dizer, o núcleo de estu- dos. São elas: de uma parte a *Didática* (Metodologia do Ensino Primário e Práti- ca de Ensino ou da Direção da Aprende- zagem) e, de outra, a Pedagogia. A *Didáti- ca* visa a dar ao futuro professor, por meio de exercício intensivo em situações de trabalho, tanto quanto possível, seme- lhantes às da vida profissional, o domínio seguro e esclarecido das técnicas racio- nais de influenciar cultural e valiosamente o homem imaturo (grifos meus).

Quanto à escola, Grisi (1956, p. 81) a concebe como uma instituição mantida pre- cisamente com a finalidade de "possibilitar a *divulgação* entre os contemporâneos e a *pre- servação* entre os pósteros, dos tesouros da cultura". Atuando nessa instituição, profes- sor e alunos têm funções específicas que decorrem de certa concepção de instrução e de educação defendidas pelo autor:

... ao mestre não cabe povoar de *idéias* o cérebro dos alunos, mas encorajá-los e guiá-los nas aventuras do ato de *ideação*; (...) ao aluno não cabe armazenar *conhe- cimentos* na forma por que foram verbal- mente asseverados por outros, mas experi- mentar e refletir; (...) a função do mes- tre em relação ao aluno não é a de *fazer reter*, mas a de *fazer pensar*; em síntese, não só instrução, mas também educação... (Grisi, 1978, p. 112, grifos meus).

Nesse sentido, baseando-se sobretudo nas demonstrações da Psicologia da época e citando Pierre Janet e John Dewey, Grisi (1956, p. 39-40) conclui que:

... pode-se enunciar da seguinte maneira uma lei didática, talvez o princípio fun- damental da Didática: *no ato de ensinar- aprender, o que ensina não transmite idéias ao que aprende, mas símbolos, estimu- la e dirige a atividade da função mental da aprendizagem ou processo de elabora- ção de idéias do aprendiz.* (...) Na prática este princípio significa: o professor não pode ser apenas um *fornecedor* e o aluno não é um *consumidor* de idéias envoltas em vocábulos. Cabe ao professor – e nisto consiste a prova de seu domínio da genuí- na "arte de educar" – submeter o objeto de estudo a um *tratamento didático*, isto é, organizar o conteúdo, a exposição, os exemplos, ilustrações, exercícios, experi- mentos etc. – por forma que, ao oferecer- se aos discentes, apresente as condições necessárias e suficientes à realização do ato de elaboração de idéias claras e distin- tas acerca do objeto por parte dos alunos (grifos meus).

Em relação ao método didático, opondo- se ao método dedutivo-formal e baseando-se sobretudo em sua apropriação do pensamen- to de Comenius e Rousseau, Grisi (1956, p. 68) defende que, de acordo com a "boa norma didática"

... deve-se partir dos fatos observados e dos exemplos um por um comentados, para descobrir, por generalização, as leis e os princípios. Primeiro o particular, o concreto, o real; depois o geral, o abstra- to, o formular; os dados da experiência, da "aprendizagem informal e empírica", antes da reflexão e da sistematização ló- gica. Tal é o método científico, tal deve ser o método didático. Nas ocasiões em que o professor procede deste modo, cria, para os alunos, uma situação de trabalho semelhante à do cientista que pesquisa e descobre. A este procedimento, que é uma transposição do método do desco- brimento científico para o plano da didá- tica, se tem chamado método da "redescoberta". É o mais fecundo no ensi- no, uma vez que está de acordo com o ato psicológico – e com a norma lógica – de descobrir e aprender.

Comparando-se essas concepções for- muladas por Grisi em *Didática mínima* com as formuladas em sua tese de cátedra *Peda- gogia e utopia* (1952b), observa-se que, na

tese, certamente em decorrência de sua destinação a um público leitor especializado, tais concepções encontram-se mais bem fundamentadas e mais expandidas, e, em Didática mínima, tem-se a tentativa de tematização que concretiza, de forma didatizada, os princípios dos "métodos normais" que, na tese, Grisi defende em oposição aos "métodos formais" e "métodos rituais".<sup>3</sup>

Segundo Grisi (1952b, p. 20), o grupo dos "métodos formais", onde se tem grau máximo de liberdade de ação do professor e do aluno, "inclui os que se caracterizam pelo enunciado de alguns princípios gerais destinados a nortear o pensamento do professor na pesquisa de um plano eficiente e econômico de atividade letiva". O autor aponta como representativos desse grupo os métodos de Sócrates, Rabelais, Comenius, Rousseau, Claparède, Dewey e Kilpatrick, explicitando, assim, as razões por que os classifica como "pedagogos".

E, analisando o pensamento de Rousseau no *Emile*, Grisi (1952b, p. 241) apresenta considerações sobre a "revolução copernicana" proposta por esse "pedagogo", e a conseqüente mudança no conceito de Didática:

... radical mudança no modo de conceber a educação [e] conduz a uma mudança não menos radical na conceituação de "método didático" e, por conseqüência, a uma nova maneira de propor e encarar o problema da possibilidade do "método didático universal".

Enquanto, dentro de contextos de vida social mais ou menos estáveis, se pôde supervalorizar a *matéria* de ensino e, como conseqüência, a memória como "faculdade" de fixação, a Didática pôde ser concebida como a *Arte de ensinar* ou *Arte de transmitir conhecimentos*. Os "*conhecimentos*", *súmula* extraída da interpretação do mundo e da vida dominante, estavam "feitos" e constituíam a *matéria* de estudo e a razão de ser da escola. O método didático não constituía propriamente problema: *o modo pelo qual o professor devia manipular a matéria para que esta se imprimisse na memória do aluno coincidia com o modo pelo qual o saber se achava compendiado nos textos*.

Mas, desde que uma vigorosa "tomada de consciência" dos fenômenos de instabilidade e mudança da vida social se efetuou, acarretando, na esfera da reflexão pedagógica, o desprestígio da *matéria* e, como conseqüência, o da *memória*, e, em seu lugar, a

supervalorização, respectivamente, das reações do aluno e da *inteligência*, a Didática passou a ser concebida como a *Arte da direção da aprendizagem*, ou seja, como a técnica de organização de situações reais, susceptíveis de promoverem, com profunda força motivadora, as reações do aluno necessárias e suficientes à sua auto-educação (grifos meus).

Ainda em relação ao método didático, Grisi (1952b, p. 262) afirma que "ensinar com método significa ensinar de acordo com as *leis* que presidem à aprendizagem"; nesse sentido,

"... ter método didático" ou ensinar com método significa "racionalizar" a ação docente ou educativa e é na medida em que o professor conheça as "leis da aprendizagem" que poderá ter método e é na medida em que tiver método – no caso, o "método didático universal" – que poderá construir, para cada momento de sua atividade e em face da imensa variedade de situações que esta lhe apresentar – os "métodos" particulares que cada um reclama (p. 264).

## Uma "Didática de emergência ou de transição"

Pelo exposto até aqui, como resultado da análise da configuração textual de *Didática mínima*, podem-se formular, à guisa de conclusão, algumas considerações em relação aos sentidos do discurso produzido por Rafael Grisi em *Didática mínima*.

Como já aponteí, nesse livro o autor se propõe apresentar uma "*súmula*", à maneira medieval, de algumas "*questiones disputatae*", expressas por meio de observações, comentários, erros e normas pedagógicas – que não pretendiam ser absolutas ou de aplicação universal, cabendo ao professor decidir sobre a "oportunidade de sua observância, completa ou parcial, imediata ou gradativa" –, apresentadas de acordo com o método indutivo e de forma didatizada, a fim de facilitar a leitura, por parte de professores primários e secundários e estudantes de Didática, e fazer "a Pedagogia descer do céu à terra", em atendimento às críticas ouvidas de profissionais de ensino e estudantes, que censuravam o ensino pedagógico e principalmente o de Didática tal como era ministrado nos cursos normais e nas

<sup>3</sup> Segundo Grisi (1952b, p. 21), o grupo dos "métodos formais" inclui os que "se caracterizam pela elaboração de esquemas padronizados da atividade didática. Via de regra, constam de uma enumeração dos 'passos' sucessivos que devem ser percorridos em toda sessão docente." Como representativos desse grupo, o autor aponta os métodos de Ratichius, Pestalozzi, Herbart, Jacotot e Decroly. O grupo dos "métodos rituais", por sua vez, inclui os "que se caracterizam por uma formulação completa, minuciosa e fixa, de toda possível conduta didática (...). O método se apresenta como o ritual da aula." Como representativos desse grupo, o autor aponta os métodos de Alcuino, de Basedow e do *Ratio studiorum*, alguns ensaios de Comenius, Froebel e Decroly, e os compêndios, livros didáticos e cartilhas.



faculdades de Filosofia e apontavam o "divórcio" entre situação concreta das escolas e a idealização do ofício do magistério assim como o caráter utópico contido na bibliografia utilizada e em todo o pensamento pedagógico. Em outras palavras, o propósito do autor era buscar, por meio de tematização didatizada e como uma posição intermediária entre a Didática (então) ideal e a Didática (então) usual, uma "Didática de emergência ou de transição", isto é, uma Didática que visasse solucionar o "divórcio" acima apontado.

Problematizando esse sentido pretendido pelo autor, pode-se, porém, atribuir outros sentidos à posição defendida no livro, a partir do entrecruzamento dos pontos de vista tanto do conjunto da produção intelectual e atuação profissional de Grisi quanto da trajetória histórica da Didática no Brasil.

No âmbito da produção e atuação de Grisi – e menos no aspecto cronológico, uma vez que parte significativa de sua produção intelectual data dos anos de 1950, do que no aspecto "ideológico" –, o livro e a Didática nele proposta podem ser considerados como uma espécie de transição entre princípios teóricos "máximos", sintetizados em sua produção acadêmica (sobretudo as teses de livre-docência e de cátedra) dirigida a um público especializado, e preceitos didáticos "mínimos", concretizados em sua produção didática (pré-livro, cartilha e livros de leitura) destinada à utilização, por parte de alunos e professores, em situação de ensino escolar. Nesse sentido, *Didática mínima* funciona como um manual de ensino, e o caráter emergencial da Didática nele proposta deriva da necessidade de o autor oferecer respostas aos problemas práticos detectados, visando à racionalização da atividade docente e a fazer, também, suas idéias pedagógicas "descerem do céu à terra", por meio da flexibilização e relativização de princípios teóricos e a fim de adequá-las à imagem que tinha e à concepção que propunha de professor e de sua formação.

Esse propósito de Grisi encontra-se em sintonia com as reorientações de idéias e práticas no âmbito da Didática,<sup>4</sup> ocorridas a partir de meados dos anos 50, as quais – a despeito das profundas mudanças sociais e políticas e das enfáticas reorientações no âmbito da educação brasileira, dentre as quais destaco as relativas à legislação educacional<sup>5</sup> e aos cursos de formação de professores –, tiveram sempre como pano de

fundo, ao longo das décadas seguintes, a *permanência* do caráter técnico, instrumental e normativo da disciplina e do campo de conhecimento – relacionado inicialmente, com os princípios do movimento da Escola Nova e da psicologia experimental e, posteriormente, sem abandonar aqueles, os do movimento da Tecnologia Educacional – que atingiu suas últimas conseqüências nos anos 70, gerando, assim, aquele questionamento programático, de acordo com certos referenciais teóricos de cunho sociológico-marxista que adentram pela cena acadêmica brasileira a partir dos anos 80.

Se pensada do ponto de vista deste presente, essa permanência caracteriza um período que, no âmbito da trajetória histórica da Didática no Brasil, pode ser interpretado como de *transição* entre a definição e a consolidação do caráter técnico, instrumental e normativo e seu questionamento, do qual decorre o movimento de revisão da disciplina e do campo de conhecimento, em busca de sua contextualização social e política.

A sintonia entre os propósitos de Grisi e essas reorientações (sobre o pano de fundo da *permanência*) de idéias e práticas no âmbito da Didática pode explicar, dentre outros: a também *permanência*, no cenário educacional brasileiro e no âmbito de uma série editorial de prestígio e ampla repercussão, do livro analisado e a sua utilização como manual de ensino pelos destinatários previstos por mais de três décadas, conforme indica o número de edições que alcançou,<sup>6</sup> e, decorrentemente, a permanência, no tempo, do conjunto de preceitos didáticos de caráter técnico, instrumental e normativo propostos no livro e centrados em: uma concepção de ensino como direção técnica da aprendizagem; uma concepção de prática docente como, predominantemente, um conjunto de comportamentos e atitudes aconselháveis e desejáveis, para que se efetive a aprendizagem do aluno; uma concepção de professor como executor de um conjunto de procedimentos e técnicas desejáveis do ponto de vista científico; de sua formação como uma questão técnica visando à habilitação legal para execução de projetos pedagógicos oficiais, que buscavam, por sua vez, contemplar certas urgências políticas e sociais, do momento histórico em que foram gerados; e uma concepção de Didática como uma disciplina acadêmico-científica e campo de conhecimento, cujo conteúdo central e objeto de estudo, respectivamente, é o "método didático universal", que

4 A esse respeito, ver Garcia (1995) e as considerações apresentadas na introdução deste artigo.

5 Entre as leis mais significativas, no período, têm-se: Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, e Lei nº 5.692, de 1971.

6 Embora não caiba nos limites deste artigo, a permanência do livro pode ainda ser problematizada por meio de análise comparativa entre este e os demais manuais de Didática que circulavam à época, como, por exemplo, os de Filocelina C. M. Almeida e Luiz A. Mattos analisados por Garcia (1994).

... não somente é possível mas legítimo porque não é mais do que a hábil utilização do conhecimento das leis científicas, derivada da "natureza das coisas" – [e] não pode ser expresso, é óbvio, por um "receituário", "formulário" ou "ritual" didático; somente pode constar de *princípios gerais* normativos, princípios que não são, por sua vez, senão corolários práticos ou técnicos das leis gerais do fenômeno da aprendizagem (Grisi, 1952b, p. 264, grifo meu).

É justamente no que se refere à busca do método didático universal que Grisi busca estabelecer o diálogo entre *Didática mínima* e *Didática magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*, de J. A. Comenius (1592-1670), que contribuiu significativamente para a criação da Didática como disciplina e campo de conhecimento autônomos.

Mas é também essa pretendida busca do método didático universal, por meio de uma didática que se apresenta como *mínima* – porque de *transição* e *emergencial*, situada entre a Didática (então) ideal e a Didática (então) usual, constituída de princípios gerais normativos enquanto corolários práticos ou técnicos das leis gerais do fenômeno da aprendizagem e fundada em imagens e concepções pouco elogiosas de professor e sua formação –, que pode ser considerada, paradoxalmente, o principal fator explicativo tanto da *permanência* do livro no cenário educacional brasileiro, especialmente no que se refere a sua utilização como manual de ensino pelos leitores previstos, quanto do silêncio acadêmico a respeito do livro e seu autor, que sintetizam e, ao mesmo tempo, contribuem para disseminar um certo discurso *sobre* e *da* Didática, alvo de críticas e propostas de superação, especialmente nas duas últimas décadas.

## Referências bibliográficas

- ANDRÉ, Marli E. D. A. A evolução do ensino da didática. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-246, 1992.
- CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Memórias da prática de ensino. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 247-252, jul./dez. 1992. (Relato).
- CASTRO, Amélia Domingues de. A memória do ensino de Didática e Prática de Ensino no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 233-240, jul./dez. 1992. (Relato).
- CANDAUI, Vera Maria (Org.). *A didática em questão*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GARCIA, M. Manuela A. *A didática no ensino superior*. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico).
- \_\_\_\_\_. O campo da didática no ensino superior: um enfoque histórico. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 73-91, jan./jun. 1995.
- GRISI, Rafael. *Didática mínima*. São Paulo: Ed. do Brasil, 1952a.
- \_\_\_\_\_. *Didática mínima*. 4. ed. São Paulo: Ed. do Brasil, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Didática mínima*. 10. ed. São Paulo: Nacional, 1978. (Atualidades pedagógicas, 84).
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia e utopia* (O problema do "método didático universal"). São Paulo, 1952b. Tese apresentada ao Concurso para Provimento da Cadeira de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- LIBÂNIO, José C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1984.
- MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. *Em sobressaltos: formação de professora*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Ed. Unesp: Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.
- NADAI, Elza. *A educação como apostolado: história e reminiscência* (São Paulo 1930-1970). São Paulo, 1991. Tese (Livre-docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, M. Rita N. S. *O conteúdo da Didática: um discurso da neutralidade científica*. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1988.
- PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e "coleções Brasileira" nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; Idesp, 1989. v. 1, p. 359-409.
- SOARES, Magda B. Didática, uma disciplina em busca de sua identidade. *Ande*, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 39-42, 1985.
- VEIGA, Ilma P. A. (Coord.). *Repensando a didática*. Campinas: Papirus, 1988a.
- \_\_\_\_\_. Didática: uma retrospectiva histórica. In: VEIGA, Ilma P. A. (Coord.). *Repensando a didática*. Campinas: Papirus, 1988b. p. 25-40.

---

Maria do Rosário Longo Mortatti, doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e livre-docente em Metodologia do Ensino de 1º Grau: Alfabetização pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), é professora adjunta da Unesp/Marília e coordenadora do grupo de pesquisa "História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil" e do Projeto Integrado de Pesquisa "Ensino de Língua e Literatura no Brasil: Repertório Documental Republicano".  
mrosario@sunline.com.br

---

## Abstract

*This text aims to present the results of an investigation carried out with the objective of analyzing the book *Didática mínima* (1952), written by Rafael Grisi (1909-1998), in order to understand its function on the historical process of the constitution of Didactics in Brazil and based upon the hypothesis that this book may be considered representative of that technical, instrumental and normative character, which is discussed since the 80's.*

*Keywords: didactics; teachers' formation; history of education; Rafael Grisi.*

---

Recebido em 3 de maio de 2002.

Aprovado em 24 de junho de 2003.